

PETIÇÃO Nº 13.132 - SP (2019/0343270-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
REQUERENTE : MARIA ANITA EMILIANO AMORIM
REQUERENTE : WOLNEY DINIZ DE SOUZA
ADVOGADOS : WAGNER LINARES JUNIOR - SP339185
GILSON SAMPAIO VASCONCELOS FILHO - GO033943
REQUERIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

1. Cuida-se de pedido de tutela de urgência protocolado em 13/11/2019 objetivando a atribuição de efeito suspensivo a recurso de apelação.

Em 18/11/2019, os autos foram conclusos ao em. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que, em despacho de fl. 79 manteve o deferimento da gratuidade de justiça.

Em 26/11/2019 os autos vieram conclusos a esta relatoria para julgamento.

Narram que "ajuizaram ação anulatória de Leilão extrajudicial, com base na 'inobservância do procedimento prescrito na Lei 9514/97', buscando pela nulidade do procedimento pela ausência de notificação para intimação da referente as datas do leilão a ser realizado pelo banco réu" (fl. 4).

Argumentam que, com a cassação da liminar outrora deferida em primeiro grau em virtude do julgamento de improcedência do pedido formulado na inicial, "o patrimônio, bem de família inclusive, foi recolocado à disposição para leilão, incorrendo o risco de danos irreparáveis, com impossível reparação ao final, frente a necessária reforma da decisão de piso" (fl. 8).

Nesse contexto, pontuam que "não tiveram outra alternativa senão ingressar com ação para reconhecimento suspensivo da apelação" (fl. 9), medida, no entanto, que não foi apreciada pelo Poder Judiciário.

Aduzem que estaria presente o requisito do *fumus bonis iuris*, na medida em que "todos os atos praticados pela Promovida foram nulos de pleno direito, visto que não foi dada a oportunidade aos Autores, de, até o transito da presente, liquidarem a pendencia satisfazendo a mora" (fl. 8).

Obtemperam que a presente tutela de urgência "é preparatório da futura Ação Ordinária, visando à revisão do débito c/c anulação da execução extrajudicial, visto que os autores encontram-se adimplentes, além das Perdas e Danos" (fl. 10).

Assestam que estaria cristalizado, outrossim, o requisito do *periculum in mora*, porquanto "há de se vislumbrar um dano potencial, qual seja, a concretização do leilão no dia 13/11/2019, que acarretará lesão grave aos agravados, pois, uma vez transferido o imóvel a terceiro, será muito difícil reavê-lo, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte. Considerando mera notificação 'a quem no

imóvel residir'- absolutamente genérica, e, ainda, extraoficial" (fl. 10).

Ao final, requerem o deferimento da tutela de urgência, "sem audiência da parte contrária, com o fim específico de compelir a demandada a abster-se da realização do LEILÃO, referente ao seguinte ao imóvel situado à Rua Arsidio Fernandes, nº 14, Parque São Vicente – Maua/SP, CEP: 09371-620, devidamente descrita na matrícula 47.766 do Registro de Imóveis de Maua - SP, ou, alternativamente, sustar-lhe os efeitos até que se julgue o mérito da Apelação" (fl. 14).

É o relatório.

DECIDO.

2. De pósito, consigne-se que os requerentes pretendem seja atribuído, por esta Corte Superior, efeito suspensivo a recurso de apelação pendente de julgamento pelo Tribunal *a quo* sem, no entanto, comprovar a necessária abertura desta instância especial.

Com efeito, esta Corte Superior perfilha o entendimento de que, cessando a jurisdição do juiz singular com a prolação de sentença e tendo a parte irredignada interposto recurso de apelação, eventual medida cautelar deverá ser ajuizada diretamente no Tribunal *ad quem*.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA MEDIDA CAUTELAR. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL JULGADO, COM TRÂNSITO EM JULGADO. PERDA DO OBJETO DA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada na vigência do CPC/2015, que deu por prejudicada a Medida Cautelar que objetivava dar efeito suspensivo a Recurso Especial, já julgado pelo STJ, com trânsito em julgado.

II. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a decisão que julga o recurso, ainda que não tenha transitado em julgado, prejudica a medida cautelar que buscava lhe atribuir efeito suspensivo, por perda de objeto" (STJ, AgRg na MC 25.363/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/09/2016).

III. Da mesma forma, "não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar pedido de efeito suspensivo a recurso de apelação pendente de julgamento perante a Corte de origem" (STJ, AgRg na MC 8.925/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJU de 01/02/2005). Em igual sentido: STJ, MC 4.605/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJU de 04/11/2002.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt na MC 22.420/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 15/12/2016)

PROCESSO CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. SENTENÇA

PROFERIDA. APELAÇÃO INTERPOSTA. EFEITOS. TRIBUNAL COMPETENTE. ART. 800, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Cessando a jurisdição do juiz singular com a prolação de sentença e tendo a parte irresignada interposto recurso de apelação, eventual medida cautelar deverá ser ajuizada diretamente no Tribunal ad quem, com caráter incidental ao recurso interposto.

2. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido.

(REsp 1013759/AM, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 01/04/2011)

O referido entendimento também é sufragado pela doutrina, *verbis*:

O art. 800, parágrafo único, definiu a questão: a parte requererá a medida diretamente ao tribunal, interposto o recurso; isto é, **a competência para conhecer da cautelar é do tribunal ad quem a partir do momento em que o recurso seja protocolizado na secretaria judicial respectiva, mesmo antes do exame de sua admissibilidade** (ALVIM, Arruda; ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: GZ, 2012, p. 1232) [g.n.]

Nesse contexto, importa consignar que o pleito ora deduzido deve ser, se for o caso, manejado perante as instâncias ordinárias, descabendo ao STJ solver tal controvérsia *per saltum*, ao largo das regras básicas de processo e de modo a causar indesejável tumulto processual.

Em síntese, os requerentes não se desincumbiram do dever de demonstrar a abertura da instância especial, máxime tendo em vista que sequer colacionaram aos autos eventual pedido de atribuição de efeito suspensivo formulado perante a Corte estadual, motivo pelo qual a presente irresignação representa inviável supressão de instância.

3. *Ex positis*, ausente a demonstração dos requisitos imprescindíveis ao deferimento da presente tutela provisória, impõe-se o seu indeferimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator